



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

VICTOR TOZETTI FERNANDES BORGES

**A FORMA-SUJEITO EM “O HOMEM SEM QUALIDADES À ESPERA DE
GODOT”: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO DEVIR-SUJEITO
DESSUBSTANCIALIZADO**

BRASÍLIA
2025

VICTOR TOZETTI FERNANDES BORGES

**A FORMA-SUJEITO EM “O HOMEM SEM QUALIDADES À ESPERA DE
GODOT”: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO DEVIR-SUJEITO
DESSUBSTANCIALIZADO**

Monografia apresentada à Universidade de
Brasília como requisito de conclusão para
obtenção de título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Tedeia

BRASÍLIA
2025

CIP - Catalogação na Publicação

Bf BORGES, Victor Tozetti Fernandes.
A FORMA-SUJEITO EM "O HOMEM SEM QUALIDADES À ESPERA DE
GODOT": o processo de formação do devir-sujeito
dessubstancializado / Victor Tozetti Fernandes BORGES;
Orientador: Gilberto Tedeia. -- Brasília, 2025.
40 f.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Filosofia -
bacharelado) -- aqui Universidade de Brasília, 2025.
1. forma-sujeito. 2. alienação. 3. forma-social. 4.
forma-mercadoria. 5. devir-sujeito dessubstancializado. I.
Tedeia, Gilberto, orient. II. Título.

VICTOR TOZETTI FERNANDES BORGES

**A FORMA-SUJEITO EM “O HOMEM SEM QUALIDADES À ESPERA DE
GODOT”: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO DEVIR-SUJEITO
DESSUBSTANCIALIZADO**

Monografia apresentada à Universidade de
Brasília como requisito de conclusão para
obtenção de título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Tedeia

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto Tedeia (orientador)
Universidade de Brasília

Dr. Lucas Moura Vieira
Escola Nacional de Administração Pública

BRASÍLIA
2025

RESUMO

Neste trabalho de conclusão de curso consta o estudo do fenômeno da forma-sujeito, enquanto devir-sujeito dessubstancializado, em sua formação concomitante ao desenvolvimento da vida social submetida à entronização da mercadoria, a partir da leitura da obra de Robson de Oliveira “O homem sem qualidades à espera de Godot”. Acompanhou-se o movimento dos argumentos do autor a fim de captar o tanto o desenvolvimento histórico quanto a descrição das principais características do desdobrar dessa forma de subjetividade abstrata até o momento atual da forma-social mercantil. Afirmou-se a relevância do estudo da forma-sujeito da maneira exposta pelo autor bem como de sua relação com fenômeno da alienação. A compreensão de ambos os fenômenos pelo exercício da reflexão crítica tende a criar um tensionamento tanto com forma-sujeito quanto com a forma-social mercantil, permitindo vislumbrar um horizonte de emancipação.

Palavras-chave: forma-sujeito; alienação; forma-social; forma-mercadoria; devir-sujeito dessubstancializado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	CRÍTICA DO VALOR, LITERATURA E FORMA-SUJEITO.	10
3	O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO DEVIR-SUJEITO-DESSUBSTANCIALIZADO: DAS INDIVIDUALIDADES CONCRETAS À ABSTRAÇÃO DA FORMA-SUJEITO.....	15
4	FORMA-SUJEITO E FORMA-MERCADORIA: O DESDOBRAR DE UMA FORMA DE SUBJETIVIDADE ADEQUADA À UMA FORMA FETICHISTA.	24
5	EXCURSO ACERCA DE UM “CONCEITO”: ALIENAÇÃO E FORMA-SUJEITO. ...	31
6	CONCLUSÃO.....	37
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, intitulado “A forma-sujeito em ‘O Homem sem Qualidades à Espera de Godot’: o processo de formação do devir-sujeito dessubstancializado” tem como tema a apresentação do desenvolvimento da forma-sujeito em sua marcha rumo ao esvaziamento da subjetividade como dessubstancialização, a partir da leitura da obra “O homem sem qualidades à espera de Godot” de Robson de Oliveira (2020). Considerar-se-ão os seguintes problemas: o desenvolvimento histórico dessa forma de subjetividade a partir das tensões envolvendo indivíduo e sociedade, das individualidades concretas ao devir de uma subjetividade abstrata; as principais características dessa forma abstrata de subjetividade; e os impactos dessa forma de subjetividade no atual estágio do modo capitalista de produção.

Ao longo dos quatro capítulos desta monografia, estarão expostos em linhas gerais, além do desenvolvimento histórico da forma-sujeito concomitantemente à vida mercantil e de suas principais características, o fato de ela ter um dinamismo, alterando suas qualidades no decorrer do tempo, não tendo uma essência transistórica. A vinculação dessa forma ao narcisismo e ao desejo de consumo irrefletido de mercadorias. Além disso, os impactos da forma-sujeito na aceitação irrefletida do governo das coisas, como segunda natureza, isto é, na naturalização da lógica mercantil como se fosse imutável. Este fenômeno acaba por se manifestar no universo estético, especificamente tratado pelo autor a partir de análise das obras literárias de três autores que representariam, mesmo que sem intenção, momentos históricos distintos dessa forma de subjetividade em transformação.

Pretende-se também, com essa leitura, alcançar uma melhor compreensão dos problemas acarretados pelo fenômeno da forma-sujeito burguesa na atual sociabilidade e apontar para uma tensão contrária a ela. Para tanto, serão descritos os passos argumentativos apresentados por Robson de Oliveira (2020) na construção de suas teses acerca do desenrolar histórico e dinâmico dessa forma abstrata.

Justifica-se este estudo como possibilidade de entendimento acerca do estado atual de crise permanente, tanto econômica quanto ecológica, promovidas pelo modo de produção e circulação de mercadorias em âmbito global, que gera tanto abundância quanto pobreza e destrói o fundamento natural da relação metabólica da sociedade com a natureza (FOSTER, 2005).

Considere-se que paulatinamente ao desenvolvimento da vida mercantil criou-se um sujeito moldado ao consumo irrefletido de mercadorias, envolto no fetichismo desse processo

e que naturaliza a barbárie cotidiana como dado intransponível, desde que suas vontades narcísicas sejam satisfeitas ou tenham a promessa de satisfação. Neste estado de coisas tem-se como peculiaridade um esvaziamento promovido pela forma-sujeito, triste figura imersa num mundo de valorização do dinheiro, largamente ampliado pela potencialização do capital fictício desde os anos 1980 até o presente momento.

Com o avanço tecnológico de uma razão instrumentalizada pela esfera mercantil, cada vez mais empregos serão perdidos, resultando numa massa em expansão, que anteriormente foi chamada de exército industrial de reserva, que auxiliava na manutenção dos salários dos empregados em patamares mais baixos, mas que atualmente tendem a não ser mais relevantes ao processo de produção.

Estas peculiaridades desse modo de produção tendem a administrar a violência como forma de progresso e não como exceção a este. Para superar este estado de coisas é preciso entender como se deu o desenvolvimento da forma-sujeito burguesa que está imiscuída neste processo e tende a normalizar estas situações. Nesse sentido, faz-se necessário um árduo processo de conscientização pela via do pensamento reflexivo, assumindo a literatura um papel de pesquisa qualitativa uma vez que ecoa as tensões identificadas na concretude do real.

No primeiro capítulo, nomeado “Crítica do valor, literatura e forma-sujeito”, a obra de Robson de Oliveira será situada como pertencente aos estudos ligados à crítica do valor. Recorrendo-se à contribuição de Anselm Jappe (2020 apud OLIVEIRA, 2020) e Marildo Menegat (2020 apud OLIVEIRA, 2020), que prefaciaram e posfaciaram o livro em questão, põe-se em relevo a análise de textos literários como pesquisa qualitativa significativa e indicam-se os desafios impostos pelo modo de produção capitalista, abarcando uma contextualização do seu momento atual, bem como introduz, de maneira geral, a noção de forma-sujeito.

O segundo capítulo, intitulado “O processo de formação do devir-sujeito-dessubstancializado: das individualidades concretas à abstração da forma-sujeito”, trata de uma retrospectiva histórica da forma-sujeito, feita por Robson de Oliveira (2020), e cujo desenvolvimento está ligado ao amadurecimento da vida mercantil. Serão abordados o desenvolvimento da técnica e da própria subjetividade, de forma panorâmica, do período da Baixa Idade Média até o início do século XX, passando pela Revolução Industrial. Durante esta exposição, se verá o desenrolar de duas formas: a forma-social mercantil, ou burguesa; e sua correspondente subjetiva, a forma-sujeito burguesa. Após isso, serão descritas algumas das características desse processo formativo da subjetividade através de três peças do dramaturgo francês do século XVII, Moliere, e de um romance do escritor austríaco do século XX, Robert Musil.

No terceiro capítulo, chamado “Forma-sujeito e forma-mercadoria: o desdobrar de uma forma de subjetividade adequada à uma forma fetichista”, apresenta-se a dinâmica do fundamento das formas social e subjetivas, no contexto da generalização da forma-mercadoria na vida social. Sobretudo nas seções “Fetichismo da mercadoria em Marx e seus desenvolvimentos” (OLIVEIRA, 2020, p.369) até a seção “Beckett e a estética da vida mercantil desenvolvida” (ibid., p.417), estará disposto a relação entre o mundo da mercadoria, ou mundo das coisas, e a necessidade de uma forma de subjetividade automatizada, inserida numa lógica de “segunda natureza”, necessária ao consumo irrefreado e irrefletido.

O quarto e último capítulo, intitulado “Excurso acerca de um “conceito”: alienação e forma-sujeito”, trará um resumo dos aspectos gerais do fenômeno da alienação e de sua relação com a forma-sujeito. A escolha do tema deste capítulo partiu de uma passagem aparentemente deslocada, em que Robson de Oliveira (2020) afirma que as personagens beckettianas, que espelham a forma-sujeito, parecem a humanidade alienada de si. A partir disso, procedeu-se a uma exposição breve sobre a transformação do conceito de alienação em algumas de suas utilizações na história, até sua abordagem nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx (2010). Coloca-se em questão a relevância do fenômeno da alienação no desenvolvimento da forma-sujeito e da importância do estudo dos dois fenômenos em conjunto para que se possa compreender melhor como o estranhamento ou alienação foi determinante para se chegar à uma forma de subjetividade adequada à forma-mercadoria e à forma-social capitalista.

Infelizmente, por questões de recorte do tema bem como de extensão do presente trabalho de conclusão de curso, não será tratado o que foi desenvolvido por Robson de Oliveira (2020) no capítulo destinado à forma-sujeito no Brasil. Concentrar-se-á este trabalho monográfico no desenvolvimento da forma-sujeito em seus aspectos formativos e características gerais. A peculiaridade deste fenômeno no universo da “periferia do capitalismo” demandaria outro trabalho.

2 CRÍTICA DO VALOR, LITERATURA E FORMA-SUJEITO.

Este primeiro capítulo trata de situar “O homem sem qualidades à espera de Godot”, no contexto dos estudos ligados à crítica do valor; ressalta a importância da análise de textos literários como pesquisa qualitativa relevante e indica os desafios ora impostos pelo capitalismo, bem como introduz de maneira geral a noção de forma-sujeito.

Apresentar-se-ão as linhas gerais da contribuição de Anselm Jappe (2020 apud OLIVEIRA, 2020) e Marildo Menegat (2020 apud OLIVEIRA, 2020), presentes, respectivamente no Prefácio e no Posfácio, abarcando uma contextualização do momento atual do modo de produção capitalista, a abordagem metodológica na qual se pode incluir esta obra, e a relevância da literatura como espelho das tensões sociais.

No Prefácio, Anselm Jappe (2020 apud OLIVEIRA, 2020) traz alguns dos problemas que se identificam atualmente no capitalismo. Aponta, por exemplo, a crise permanente que inclui as esferas econômica e ecológica da sociedade neste modo de produção: a primeira, responsável pela pobreza crescente, que, obviamente, não abarca a questão da satisfação das necessidades básicas da maior parte da população; a segunda, responsável pela “devastação das bases naturais da vida” (JAPPE, 2020 apud OLIVEIRA, 2020, p.09), bem como dos problemas advindos da mudança climática.

Jappe (2020 apud OLIVEIRA, 2020) indica a necessidade de um pensamento que encare essas questões no mesmo ritmo dos problemas identificados e, mais do que isso, que esta reflexão deveria reconsiderar globalmente o que está a ocorrer. Tendo isso em vista, afirma a vinculação desse tipo de pensamento com o que foi chamado de crítica do valor, que se trata de um método inspirado em Marx, mas que não se atém à ortodoxia, configurando uma “retomada da crítica da economia política de Marx” (JAPPE, 2020 apud OLIVEIRA, 2020, p.11), e tem como seus principais quadros Moishe Postone e Robert Kurz. São algumas das categorias utilizadas por este método: o valor mercantil, o dinheiro, o trabalho, o Estado, a mercadoria, o fetichismo da mercadoria. Ressalta que não se trata de análise econômica, mas da crítica da “dominação total da economia mercantil sobre a vida” (ibid., p.11), de modo que se chegou a um “totalitarismo econômico” (ibid., p.11).

Nesse sentido, a pretensão de uma teoria, ou um método, que abarque os problemas que se apresentam deve contar também com estudos relativos à cultura, dentre os quais destacam-se, por exemplo, a música e a literatura, essenciais “para toda e qualquer teoria com pretensões globais” (ibid.). Jappe cita alguns expoentes do século XX que trataram a literatura como possibilidade de apresentação e compreensão dos fenômenos observados na sociedade

capitalista, como representantes de uma teoria “marxista” da literatura: Lukács, Sartre, Lefebvre, Goldmann, Adorno, Benjamin, Bloch, Marcuse, Althusser, Jameson (ibid., p.12). Para alguns, como Lukács, a literatura traduziria “os conflitos sociais de uma época, seus atores sociais e seus esforços de emancipação” (ibid., p.13).

Por esse ângulo, aparece o tema perseguido por Robson de Oliveira, o da forma-sujeito e seu desenvolvimento simultaneamente à própria evolução do capitalismo. Apresenta-se este desenrolar da forma-sujeito como processo histórico, transformação na qual a individualidade concreta a se transmutar paulatinamente numa forma fetichista, “historicamente determinada, mas inconsciente e que estrutura os comportamentos e os pensamentos das pessoas - dos ‘sujeitos’ - à sua revelia” (ibid., p.14).

Na tentativa de captar o fenômeno do desenvolvimento dessa forma é que aparece a relevância da literatura como fonte de pesquisa. Jappe afirma o mérito do trabalho de Robson de Oliveira ao expor “diferentes episódios da história da literatura mundial relacionando-os com as etapas do desenvolvimento da forma-sujeito” (ibid., p.14), escolhendo, dentre estes episódios, os que mais identificam as transformações dessa forma. A forma literária expõe a forma-sujeito à revelia da intenção do escritor, podendo apresentar-se como “testemunhos ou sintomas” (ibid., p.16). De modo que, enquanto fenômeno cultural permite “melhor distinguir e compreender as etapas da evolução da forma-sujeito” (ibid., p.17).

A obra de Samuel Beckett escancara o estágio mais avançado dessa forma-sujeito. Apesar de produzida no século passado, aparece como uma “desconcertante atualidade” (ibid., p.17), encenando a crise do sujeito como crise do próprio capital. À essa forma em crise de esvaziamento que se apresenta como fase mais avançada da vida mercantil, não corresponderá necessariamente a uma forma melhorada, tal qual “o desabamento gradual do capitalismo não implica necessariamente a passagem para uma sociedade emancipada” (ibid., p.18). Caberia reconhecer esse fenômeno histórico para tentar libertar-se dele. Daí a relevância da crítica do valor, como “grito de alerta” (ibid., p.18), visto ter o capitalismo entrado numa “fase de autodestruição” (ibid., p.19).

Já de acordo com Marildo Menegat (2020 apud OLIVEIRA, 2020), responsável pelo Posfácio, observa-se que esse sujeito é desprovido de uma essencialidade, não é transcendental, e se apresenta como preso “num emaranhado de fios, tal como uma marionete voluntária” (MENEGAT, 2020 apud OLIVEIRA, 2020, p.473). Essa interpretação de Menegat, ao que parece, pode entrar em contradição com uma das características da forma-sujeito, a inconsciência, ficando a impressão da utilização de tal metáfora como que para reforçar a situação do sujeito moderno. Entretanto, no texto de Oliveira (2020) o que sobressai é o caráter

involuntário da forma-sujeito, a não ser que se considere a vestimenta de uma “camisa de força ou como se entra num leito de Procusto” (JAPPE, 2020 apud OLIVEIRA, 2020, p.14) como opções do sujeito que veste a forma-sujeito e não como algo alheio à sua escolha.

Mais adiante, Menegat alude a Marx, no que concerne às “metamorfoses das formas fundamentais das coisas que governam os homens” (MENEGAT, 2020 apud OLIVEIRA, 2020, p. 475). Neste ponto, percebe-se mais o caráter não intencional da vestimenta da forma-sujeito, como que imposta por coisas e não por si, isto é, como escolha. Esta forma-sujeito estaria imbricada com a lógica da produção de mercadorias, ou, noutros termos, na lógica em que as personagens da modernidade têm qualidades humanas relacionadas às do dinheiro. Ao referir-se à Roswitha Scholtz, Menegat fala da transformação das “massas humanas em modos passivos e desvalorizados de existência” (ibid., p.478). Ressalta que na passagem do século XIX para o XX “as patologias coletivas se tornaram muito frequentes” (ibid., p.479).

Desse modo, faz-se necessário perguntar se as ditas qualidades humanas anteriores à Revolução Industrial, que foram substituídas por outras, coadunadas ao dinheiro como essência do processo (ibid.), trariam àqueles sujeitos de outrora mais ‘valor existencial’. Ou, no mesmo sentido, se a forma mais atualizada desse sujeito tornou-se mais suscetível às patologias sociais. Fato é que a forma-sujeito se desdobrou no desenvolvimento do modo capitalista de produção e que o sujeito burguês que disso foi engendrado “ante este estado de coisas sequer procura sua cura” (ibid., p.482).

Com a anabolização do mercado financeiro, na década de 80 do século passado, “as formas ficcionais do capital agora não são mais uma ocasional aparição, mas a própria estrutura e o motor que empurra a sociedade ao breu” (ibid., p.482). Há como que um imiscuir-se entre a máscara desse sujeito burguês atual e as formas fictícias do capital, a ponto de se sobrelevar a “irrealidade do real” (ibid., p.482) em contraposição à concretude do real. Não deveria chocar, pois, diante desse estado de coisas, que se recorra à ficção literária para uma melhor compreensão dos fenômenos até aqui expostos.

Segundo Robson de Oliveira (2020), na Introdução, pode-se perguntar se esse processo do desenvolvimento da forma-sujeito é o processo do “devir-mercadoria do mundo” conjugado a um “devir-mercadoria do homem” (OLIVEIRA, 2020, p.22). Disso decorre a dessubstancialização aludida por ele no decorrer de sua obra, como esvaziamento do sujeito. Não estaria em contradição com o fato desse mesmo sujeito ser “narcísico” e cheio de “desejos imperiosos” (ibid., p.23)? Não seria esse o conteúdo desse sujeito? O sujeito narcisista e desejoso não seria abarrotado de outras características ao invés de simplesmente vazio? É preciso questionar se a noção de humanidade aqui tratada pelo autor não se confundiria com

uma espécie de “essência” do sujeito que, por ser dinâmico na história, não deveria ter uma substância. Em suas palavras, “ficamos pobres em termos do que se tem considerado minimamente humanidade” (ibid., p.22).

Robson de Oliveira dispõe em seu trabalho da noção de “tensão dialética” (ibid., p.24) entre o sujeito e a sociedade, como constitutiva da subjetividade. A dessubstancialização ocorreria no processo da ação “de trabalho abstrato, de valor mercantil, portanto de dinheiro: a da mercadoria” (ibid., p.24) no engendramento de uma “subjetividade abstrata” (ibid., p.24) que é a forma-sujeito burguesa. Diante disso, lembra-se de Kurtz, ao falar da “modernidade capitalista como metafísica real” (ibid., p.25), tal o nível de abstração alcançada pela dinâmica atual do capital.

Ao abordar uma das consequências desse processo de esvaziamento do sujeito, cita Menegat, ao tratar da barbárie como “forma de organização da sociedade moderna desenvolvida” (MENEGAT, 2013 apud OLIVEIRA, 2020, p.29) e não mais como “falta de civilização, mas como excesso” (OLIVEIRA, 2020, p.29-30). Neste contexto, observa-se uma “organização social que cria um quadro propício à violência” (ibid., p.30), na qual “o pensamento não consegue transcender o automatismo de uma vida que pretende imitar a vida natural, embora seja social” (ibid., p.30).

Nessa perspectiva, o teatro de Beckett seria uma produção literária das que mais representam os caracteres dessa sociedade mercantil avançada, em que a sociedade se ampara “no movimento repetitivo de valorização do dinheiro” (ibid., p.31).

Diante disso, Oliveira (2020) defende a utilização da literatura em suas considerações por ela ecoar esses momentos. Justifica o conhecimento literário ao referir-se a Todorov, para quem “como a filosofia e as ciências humanas, a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos. A realidade que a literatura aspira compreender é, simplesmente, [...] a experiência humana” (TODOROV, 2009 apud OLIVEIRA, 2020, p.32). Nesse sentido, a literatura não seria “mera ficção” (OLIVEIRA, 2020, p.33), guardando “relação com o momento histórico, social e subjetivo em que foram escritas ou lidas e interpretadas” (ibid., p.33), isto porque “as formas estéticas são também mediadas socialmente” (ibid., p.33). O autor afirma, desse modo, a importância da literatura como “fonte de pesquisa qualitativa” (ibid., p.33).

Tratando-se de um estudo “psicossocial”, Robson de Oliveira defende a obra ora apresentada não se trata de análise literária, vai dos fenômenos observados na realidade para o “aprofundamento” permitido pelas obras literárias, ao estudá-las como “sintomas”, como “ecos

da vida social que repercutem na obra literária”, mas não como ilustração de “teses a ser defendidas” (ibid., p.33).

3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO DEVIR-SUJEITO-DESSUBSTANCIALIZADO: DAS INDIVIDUALIDADES CONCRETAS À ABSTRAÇÃO DA FORMA-SUJEITO.

A forma-sujeito não é um conceito estático, monolítico, que se perpetua no tempo mantidas as suas características originais. Teve seu desenrolar na história, a partir das relações estabelecidas entre condicionantes subjetivas e objetivas, entre indivíduo e sociedade. No decorrer de “O homem sem qualidades à espera de Godot”, estas relações são descritas como tensões entre tais condicionantes e suas transformações decorrentes de sínteses, não somente entre a esfera do eu e a do social, como também entre as próprias subjetividades.

No percurso argumentativo da obra ora analisada, apesar das referências à literatura constarem do próprio título do livro, o autor Robson de Oliveira lança mão de farto referencial teórico, transitando da história à psicanálise, da filosofia à história da ciência e à psicologia social, dentre outras tantas áreas das humanidades, antes de migrar para a estética, para os aspectos propriamente literários, que ele mesmo indica como ecos dos fenômenos estudados (OLIVEIRA, 2020). Afirma, apesar de tratar como ecos da realidade estudada, a relevância do estudo da “literatura como fonte de pesquisa qualitativa” (OLIVEIRA, 2020, p.33). Estes elementos, somados, dão um certo caráter frankfurtiano às análises empreendidas pelo autor.

Nas páginas seguintes, serão abordados primeiramente os aspectos teóricos elencados pelo autor para tratar do desenvolvimento da forma-sujeito na história; da sua relação com o longo desabrochar da vida mercantil, desde a Baixa Idade Média, passando pela Renascença, até a Revolução Industrial e o desaguar no século XX, momento do amadurecimento do culto à forma-mercadoria. Nesse sentido, tratar-se-á de descrever em linhas gerais o desenvolvimento contraditório de duas formas: a forma-social mercantil e sua correspondente subjetiva, a forma-sujeito burguesa. Em seguida, serão apresentadas as marcas desse processo nas personagens mais significativas das três peças de Moliere selecionadas por Robson de Oliveira (2020), bem como do romance de Robert Musil.

A respeito da parte teórica, um dos principais conceitos trazidos pelo autor é o de ‘tensão dialética’ entre a subjetividade e a sociedade, trazido, segundo Oliveira (2020), da psicologia social. Por meio dele é tratada a questão das sínteses decorrentes dessas tensões entre subjetividades fincadas no passado e outra que aponta para o futuro. Tais sínteses dependem tanto de adventos da seara técnica quanto de transformações no campo simbólico. Do fim do Medievo até o desenvolvimento da maquinaria pesada, tais tensões davam-se prioritariamente entre individualidades concretas. No século XX, passará a se consolidar a forma-sujeito

burguesa, uma forma de subjetividade abstrata, que já se fazia presente, como protótipo, na vida mercantil de outrora, mas ainda como exceção.

O protótipo do burguês moderno, ou seu ancestral, era o mercador (OLIVEIRA, 2020, p.37). Vivia na cidade, em que a dinâmica das trocas a transformava em ponto nodal, tanto mais propícia à mudança quanto mais em contato com a diferença tanto das gentes quanto dos produtos de alhures. Ambiente, pois, mais dinâmico e suscetível ao surgimento de formas de subjetividade que pudessem contrastar com os caracteres mormente ligados às tradições simbólicas da terra. Daí que no campo, por outro lado, a velocidade das transformações objetivas, da técnica, quanto às do âmbito da subjetividade transcorrerem de modo mais amainado. A franca utilização do dinheiro ainda não era fenômeno homogêneo, sendo que o campo ainda baseava sua economia prioritariamente na subsistência.

Nesse sentido, o universo simbólico do período que compreende a Baixa Idade Média à Renascença conta com um imaginário atrelado à simbologia religiosa, apenas passando acenar para outro universo tensionador, ainda minoritário, o mercantil. Seria necessário muito tempo para que a simbologia religiosa fosse superada pela simbologia mercantil. Ou conjugada a ela. A “abstração das qualidades específicas” (ibid., p.44) de cada objeto, necessária para a realização de trocas mercantis, ainda não havia se dispersado de modo uniforme, como elemento fundamental de uma cultura.

Os avanços do conhecimento, seja do científico ou do filosófico estavam subjugados pelo poder da Igreja. A despeito do tensionamento realizado por aqueles que dispunham, por exemplo, de traduções do grego e do árabe acerca da medicina, da astronomia, da aritmética, da álgebra, da trigonometria, apesar de dignos de admiração, eram “minoria negligenciável no quadro geral” (ibid., p.54). A própria noção de tempo haveria de mudar para que uma nova subjetividade fosse engendrada. Isto somente haveria de se vislumbrar na “soleira da modernidade” (ibid., p.57).

Nesse compasso, apresentam-se outras contradições tratadas pelo autor, dentre as quais a relação entre concretude e abstração do tempo, isto é, entre tempo qualitativo e quantitativo. O tempo concreto estaria ligado aos ciclos e ritmos de vida naturais, o abstrato ao ritmo definido pela forma-social burguesa (POSTONE apud, OLIVEIRA, 2020). Ao primeiro conjugam-se os acontecimentos, ao segundo, a arbitrariedade das horas (OLIVEIRA, 2020). Entre campo e cidade, por óbvio, o ambiente citadino seria mais favorável à abstração do tempo do que o campesino. Não que na cidade reinasse soberano o tempo abstrato, visto que ainda sob a ordem das badaladas da igreja matriz. O desenvolvimento do ritmo da sociedade fundamentalmente mercantil deu-se paulatinamente.

Nota-se a relevância de uma correlação de fatores neste processo: da crença e do poder da Igreja e dos costumes, ou hábitos, como também de um ambiente propício às trocas comerciais e culturais como a cidade, do desenvolvimento lento, mas contínuo da técnica, bem como da decorrente mudança de percepção do tempo para que se obtivesse condições objetivas e subjetivas para o salto verificado na forma-social mercantil. A partir do século XIII, vislumbra-se a “passagem do tempo da Igreja para o tempo dos mercadores” (ibid., p.66), a partir das “primeiras relações entre capital e trabalho assalariado numa escala reduzida da sociedade” (ibid., p.66), no contexto da manufatura têxtil.

Para Postone, “a emergência desse tempo abstrato como medida do trabalho está ligada ao desenvolvimento da forma-mercadoria nas relações sociais” (ibid., p.67-68). Contudo, apesar do imiscuir-se da mercadoria na vida social, nem mesmo o mercador, nesse período, vive o tempo abstrato continuamente, pois ainda está atrelado ao ritmo de vida preponderante, não tensionado com a devida força pelo tempo quantitativo. A sociabilidade ainda não é plenamente burguesa, pois ainda não se espalhou, ainda é exceção. O que prova que a subjetividade está “imersa no seu tempo histórico” (ibid., p.70).

Além disso, ocorre que nem mesmo o dinheiro havia conquistado plenamente seu espaço na sociedade europeia de então, quanto mais a forma-mercadoria. A riqueza “mal adquirida” (LE GOFF, 1999 apud OLIVEIRA, 2020, p.71), a usura e a avareza não eram bem-vistas pela Igreja e pelo povo. Nesse sentido, havia uma tensão entre a comunidade e o fetichismo que dava mostra de seu encanto. Para que se passasse a uma “vida social [...] mais mediada pelo dinheiro” (OLIVEIRA, 2020, p.89) imperava superar alguns aspectos qualitativos arraigados naquela sociedade em lenta transformação.

Antes do advento do chamado homem sem qualidades, o modelo a ser seguido era o do nobre. Este era considerado um homem de qualidades. Sobretudo se fosse um cavaleiro. Havia nele uma mistura de ética, estética e honra, em conjunção com uma certa moral da guerra. A própria proibição da balestra no século X, mostra o quão idealisticamente era pautada a conduta dita nobre (OLIVEIRA, 2020). A subjetividade cavalheiresca começou a fazer água, pelo advento das armas de fogo, que tornaram a guerra mais dinâmica, podendo ser travada a maiores distâncias. A pretensa ética cavalheiresca de outrora estava tensionada com uma subjetividade voltada para o futuro. Tendo as armas de fogo se mostrado um bom negócio, toda uma nova organização social foi-se desenvolvendo.

“[...] As armas de fogo fizeram multiplicar por cinco em poucos anos a produção de minério de ferro” (NEF, 1954 apud OLIVEIRA, 2020, p.81), incluindo sua prospecção e seu consequente beneficiamento. Em breve retrospectiva, tem-se a invenção do canhão no século

XIV; em 1490 a criação do canhão francês – mais leve que os primeiros; e as armas de fogo que “por volta de 1550, [...] já eram de uso comum” (KEEGAN, 2006 apud OLIVEIRA, 2020, p.79) por soldados. A produção de armas de grande porte exigia instalações correspondentes à sua magnitude, constituindo uma verdadeira “economia das armas de fogo” (OLIVEIRA, 2020, p.82). Canhões instalados e utilizados em combates de navios à vela, a obsolescência das muralhas e castelos medievais frente aos avanços das novas armas, tornavam a guerra um verdadeiro empreendimento.

Os produtos bélicos revolucionários tornados mercadoria, constituíram uma verdadeira “força destrutiva [...] rumo à modernidade” (ibid., p.86). Os impostos passaram a ser cobrados não mais em víveres, manufaturados ou ‘in natura’, mas em dinheiro, o que foi tornando a vida social cada vez mais mediada por ele (OLIVEIRA, 2020). O nobre cavaleiro, arquétipo de uma ética caquética, homem de qualidades, dava lugar ao mercenário, homem sem qualidades, que luta não pela honra, mas pelo dinheiro. Em síntese, “o uso da pólvora como força propulsora de uma arma exigia que a subjetividade dos indivíduos também avançasse” (ibid., p.79).

Na seção denominada “O homem sem qualidades: do amorfismo humano ao caráter blasé” (ibid., p.127), nota-se como avançou a mutação da subjetividade anterior, após longo período de amadurecimento histórico para o desdobramento da forma-social moderna e da forma-sujeito. Até mesmo o advento da Revolução Científica dos séculos XVI e XVII frutificou após considerável decurso de tempo. Até a Revolução Industrial foi necessária a “acumulação de material explosivo” (HOBBSAWN, 2014 apud OLIVEIRA, 2020, p.128-129). No sentido em que Robson de Oliveira aponta em sua análise, trata-se de uma “dialética contínua da subjetividade [...] entre elementos que remetem ao passado e os que remetem para o futuro” (OLIVEIRA, 2020, p.129).

Tal processo de acúmulo histórico, de ‘fermentação’ social, considerando-se a Revolução Industrial, pode ser visto como continuidade ou ruptura. Ao se referir a John Nef, Oliveira afirma a possibilidade deste processo ser “um movimento plurissecular de progresso técnico” (NEF, 1954 apud OLIVEIRA, 2020, p.130). Como exemplo, o próprio “tear mecânico se impôs lentamente” (RIOUX, 1971 apud OLIVEIRA, 2020, p.132), não se tratando, nessa via de entendimento, de um “estouro do capitalismo na Revolução industrial” (OLIVEIRA, 2020, p.132), como se as condições para o surgimento desta fossem dependentes de longo período de incubação. A abstração do dinheiro e da mercadoria e as formas de subjetividade já estavam presentes, ainda que de maneira embrionária, previamente à revolução da maquinaria.

Outro exemplo desse lento avanço é que nos dois países mais importantes sob o ponto de vista da evolução do capitalismo nota-se que se deu de forma irregular, tendo a França mais

características rurais que a Inglaterra, de capitalismo mais industrial. A evolução da forma-social mercantil não aconteceu homogeneamente. Considerando-se até aqui este breve apanhado da obra de Robson de Oliveira (2020), uma possível síntese dos argumentos do autor é a que segue: “a forma-social moderna e a forma-sujeito que ela exige vão se desdobrando historicamente numa dialética com o concreto social e objetivo” (OLIVEIRA, 2020, p.136). E nessa toada, vislumbra-se o desenvolvimento não somente da subjetividade moderna, mas o processo simultâneo de sua subjetivação pela vida mercantil, desenvolvendo-se em tensão contínua rumo à duas abstrações: a forma-social moderna, isto é, burguesa, e sua correspondente ‘individual’, a forma-sujeito.

Entretanto, “as novas sínteses não aniquilavam as formas anteriores por completo” (ibid., p.138-139). Entram em cena as obras selecionadas por Robson de Oliveira (2020) para dar mostra estética das subjetividades em tensão. Nos parágrafos seguintes, tratar-se-á de expor, em linhas gerais, a análise que o autor do estudo em tela realizou acerca de três peças de Moliere, quais sejam, *O burguês fidalgo*, *As preciosas ridículas* e *O avaro*, em que são postos em movimento conflitivo uma “subjetividade sincrética” (ibid., p.90), numa tensão entre o passado da nobreza idealizada e o impulso para a modernidade, entre o homem com e o sem qualidades, entre nobreza de berço e os caracteres da nobreza comprada pela burguesia em ascensão. Todavia, ainda é uma burguesia diferente da moderna, mais próxima “das figuras do mercador e do usurário medievais” (ibid, p.98).

A França de Moliere estava em momento de “mutações sociais” e de “flutuação moral” (MICHELET, 1877 apud OLIVEIRA, 2020, p.99). As personagens das peças escolhidas encenam estas oscilações. Apresentam-se burgueses que desejam ser nobres, a todo custo; as burguesas que querem se casar com nobres; e o burguês propriamente dito, que não liga para os ideais de nobreza, mas unicamente para os ganhos e sua propriedade. No primeiro caso, o senhor Jourdain, de *O burguês fidalgo*; no segundo, duas primas burguesas, *As preciosas ridículas*; e no terceiro caso, Harpagão, de *O avaro*, um burguês que se indispõe com ideais e valores ainda voltados ao passado, não podendo gozar plenamente de uma sociabilidade adequada aos seus anseios de acumulação.

A flutuação moral se mostra por meio da imitação. O burguês fidalgo Jourdain pretende comprar as qualidades dignas de um nobre e exercitá-las na medida do possível, o que não ocorre por completo e causa o efeito cômico. O mesmo efeito é alcançado quando as primas de *As preciosas ridículas* emulam as qualidades da nobreza, fruto de uma educação livresca, de um mundo idealizado pelo consumo de romances de cavalaria (OLIVEIRA, 2020). Neste último exemplo, a comicidade da imitação ocorre quando os pretendentes burgueses, após

terem suas propostas de casamento negadas, arquitetam uma vingança, mimetizando os modos da côrte e as impressionando. Tanto no caso do burguês fidalgo, quanto no das preciosas ridículas, acaba por perfazer-se uma “imitação fetichista de uma essência voltada para o passado” (ibid., p.119). As qualidades, podendo ser imitadas, denotam o conhecimento exterior do mundo nobre, apenas superficial (OLIVEIRA, 2020).

O amor pela côrte é substituído pelo amor ao dinheiro, em *O avaro*. Harpagão, protótipo do burguês acético, “ama dinheiro mais do que reputação, honra, mais do que virtude” (MOLIÈRE, 1893 apud OLIVEIRA, 2020, p.120), como diz o personagem Valério da peça, “enterra dinheiro no jardim com medo dos próprios filhos” (OLIVEIRA, 2020, p.120). Desconfiado, crê que todos ao seu redor espreitam sua riqueza (OLIVEIRA, 2020).

As personagens das três peças têm suas subjetividades tensionadas e acabam por resolvê-las de modos diferentes: o burguês fidalgo e as preciosas ridículas tem em vista os ideais do passado, que já se mostra desgastado; o avaro, aponta para um futuro que está se configurando. A riqueza material dos primeiros é meio para se alcançar qualidades nobres, mas que só podem ser imitadas; no segundo caso, a riqueza é amada por si. A acumulação pura e simples de dinheiro vista como um fim em si, transforma Harpagão numa personagem caricatural, mas que dá indício do papel desempenhado pelo futuro ascetismo burguês na acumulação de capital.

Como visto acima, aos poucos um processo de transformação foi-se realizando na cultura europeia que contava com diversos vetores, dos avanços técnicos, passando pela esfera do conhecimento, como na chamada Revolução Científica, ao desenvolvimento das armas de fogo e do impacto disso na economia em geral, mas as individualidades concretas tendiam a oferecer certa resistência às transformações objetivas. A própria sociabilidade seria drasticamente alterada pela inserção de um elemento que passaria a competir com o fetichismo religioso de então: a mercadoria. Nem mesmo a tão propalada quantificação da natureza por Galileu e Newton e o Esclarecimento exerceram efeito tão retumbante quanto a generalização da mercadoria na vida social, a ponto de engendrar-se uma forma de sociedade entalhada por ela, a forma-social mercantil, burguesa ou moderna. Até mesmo a glorificada racionalidade foi instrumentalizada a serviço da mercadoria.

Enquanto no tempo de Moliere, século XVII, o modelo de subjetividade era o da nobreza, sendo os mercadores e usurários malvistas, no tempo de Robert Musil, na aurora do século XX, o austríaco autor de *O homem sem qualidades*, já havia uma tendência de resolução da tensão para o lado burguês (OLIVEIRA, 2020). Tendência porque os indivíduos ainda não haviam sido “colonizados na sua totalidade pela vida mercantil” (ibid., p.163). Apesar disso,

quanto mais a mercadoria se entronizava na vida social, mais a subjetividade se moldava em conformidade com essa forma-social. Encontra no protestantismo ascético sua “primeira feição inacabada” (ibid., p.164), como uma espécie de “*acumulação primitiva da subjetividade moderna*” (ibid., p.167) e com isso vai sendo delineada em contornos mais nítidos a forma-sujeito moderna.

Essa forma-sujeito tende a corroer “as tramas de autonomia [...] do indivíduo” (ibid., p.170), sendo imposta pela moderna sociedade mercantil, solapando as possibilidades de tensão entre as individualidades concretas e a sociedade. Tende a uniformizar, homogeneizar comportamentos, a fim de ultrapassar “a dissociação do espírito” (ibid., p.177). Isto porque “a produção não produz apenas um objeto para um sujeito, mas um sujeito para o objeto” (MARX, 1972 apud OLIVEIRA, 2020, p.178), isto é, o sujeito passa a ser sujeito-objeto, forjado pelo próprio objeto (OLIVEIRA, 2020). Este fenômeno é tratado por Menegat (2003 apud OLIVEIRA, 2020, p.179) como sendo um processo de “endurecimento do ser” e do “desaparecimento da razão dialética”, num “doloroso processo de abandono das potencialidades de ser outro”.

A forma-sujeito, por ser homogeneizadora, acena para a desconstrução do outro, da diferença, como processo de identificação tanto entre sujeitos concretos, quanto entre abstrações: forma-social e forma-sujeito em vez de indivíduo e sociedade. Tende corromper a possibilidade do indivíduo concreto de tensionar com a forma-social e com uma subjetividade que se lhe é imposta. Para que o indivíduo possa emancipar-se, não deve “confiar-se ao que cegamente se lhe impõe, para não identificar-se cegamente com isso” (ADORNO, 1995 apud OLIVEIRA, 2020, p.180). Como as individualidades concretas “formam um só corpo com a forma-sujeito” (OLIVEIRA, 2020, p.182), é preciso resistir para que o indivíduo sobreviva, isto é, busque emancipar-se.

Pode-se dizer que uma “flutuação moral” (MICHELET, 1877 apud OLIVEIRA, 2020, p.99) também se reconhece em *O homem sem qualidades*, de Robert Musil. O que o torna particularmente interessante é que além de prosador, também publicou ensaios em que discorria abertamente sobre sua ‘teoria estética’. Por exemplo, num ensaio chamado *O alemão como sintoma*, ele expõe o que chama de “teoria do amorfismo humano” (OLIVEIRA, 2020, p.185). Musil procura trabalhar no espaço de possibilidades que a estética permite explorar. Pela via da literatura, o romancista austríaco realiza “experimentações no terreno da ética” (ibid., p.185), como que em “um canteiro de obras de caracteres vastos” (ibid., p.184).

A teoria do amorfismo humano dispõe acerca da inexistência de uma essência humana, em contraposição ao essencialismo fortemente presente na cultura europeia. Para Musil, o

homem seria uma “substância moralmente coloidal” (ibid., p. 186-187) e “moldado pelas circunstâncias sociais” (ibid., p.187). Pode-se arguir que isto se trata de uma teoria determinista, mais especificamente de um ‘determinismo social’. Entretanto, seria uma avaliação tanto apressada quanto imprecisa. São as relações, as “ações e reações entre o homem e o seu redor” (MUSIL, 1984 apud OLIVEIRA, 2020, p.186) que moldariam a sua individualidade, numa “relação dialética entre subjetividade e sociedade” (OLIVEIRA, 2020, p.186).

Nas experimentações de *O homem sem qualidades*, percebem-se algumas contraposições, tais como “possibilidades da individualidade [...] e fixação de caráter” (ibid., p.189); homem e sociedade de qualidades e moral dinâmica, dentre outros, e que indicam uma certa positividade na ausência de qualidades, em oposição à ‘cimentação’ da moral (OLIVEIRA, 2020). Pelo seu caráter por assim dizer volátil, indefinido, imprevisível estaria o ser humano mais inclinado a uma “desordem libertadora” (MAGRIS, 1981 apud OLIVEIRA, 2020, p.204) do que aprisionado num “substancialismo ontológico” (OLIVEIRA, 2020, p.203). A personagem principal é Ulrich, um homem sem qualidades. Esta característica é vista por Robson de Oliveira (2020, p.204) como “*homo potencialis*”, diferindo, enquanto possibilidade de ser outro, da homogeneização promovida pela forma-sujeito, que tende a anular a diferença.

A falta de qualidades em Ulrich “traduz a liberdade profunda do homem em relação às suas determinações” (BOLVERESE, 2001 apud OLIVEIRA, 2020, p.220), ao menos no período em que o romance foi publicado, após a 1ª Grande Guerra. Musil trata dessa experimentação da moral de suas personagens não somente como superação de uma ontologia tradicional, como também de um exercício de superação da razão instrumental, que ele chama de ‘racioide’, termo que diz respeito à inserção da ‘matemática’, que “entrou em todos os campos da nossa vida como um demônio [...] uma inteligência perversa que faz do homem senhor da terra, mas escravo da máquina” (MUSIL, 2006 apud OLIVEIRA, 2020, p.213).

O contraponto ao ‘racioide’ seria o ‘não-racioide’, ligado à arte e também chamado de ‘outro estado’. Considerando-se isso, o amorfismo humano possibilitaria a exploração de um outro estado que não o do cálculo, de certo modo um subjetivismo que não é, necessariamente, um antirracionalismo. Se, por um lado, no tempo de Molière as qualidades eram almejadas porque elevadas, no tempo de Musil a falta de qualidades não se tratava de decadência, mas de várias possibilidades de invectivas contra a dominação da ciência e da técnica irrefletidas.

Robson de Oliveira (2020) acaba por questionar a validade de *O homem sem qualidades* cem anos após a sua publicação. Diz que Ulrich já não teria hoje o “potencial transcendente daquele momento” (OLIVEIRA, 2020, p.230) porque “quando é a própria sociedade mercantil que corrói paulatinamente todas as qualidades, o homem sem qualidades perde sua base de

atrito com a realidade, base de seu tensionamento com o social.” (ibid., p.231). No tempo de Musil, havia possibilidades a explorar, no de Beckett, “o futuro [...] se apresenta como ruína” (ibid., p.237); neste último, o mundo como que se fechou, no de Musil ainda estava aberto.

4 FORMA-SUJEITO E FORMA-MERCADORIA: O DESDOBRAR DE UMA FORMA DE SUBJETIVIDADE ADEQUADA À UMA FORMA FETICHISTA.

Do mesmo modo como ocorreu no capítulo antecedente, Robson de Oliveira (2020) opta por apresentar uma discussão teórica acerca dos fenômenos analisados antes de recorrer aos exemplos literários. Neste ponto, deparamo-nos com uma exposição prévia de questões filosóficas ligadas à tradição materialista, cuja temática e modos de abordagem assemelham-se ao que ficou conhecido no desenvolvimento do marxismo ocidental como teoria crítica. Nesse sentido, aparecem temas como o do fetichismo da mercadoria e sua relação com a formação de um sujeito propício ao consumo irrefletido e desenfreado das mercadorias.

Dito isso, este capítulo também é dividido em dois movimentos, tal como o anterior e também como aparece na obra do professor de Oliveira: primeiramente, realizar-se-á uma exposição geral do arcabouço teórico contido na seção “Fetichismo da mercadoria em Marx e seus desenvolvimentos” (OLIVEIRA, 2020, p.369) até a seção “Beckett e a estética da vida mercantil desenvolvida” (ibid., p.417), passando pelo problema da transformação da forma-sujeito burguesa, pela sua inserção e necessidade de permanência na segunda natureza. Além disso, serão abordadas características das abstrações do mundo da mercadoria que envolvem este processo da vida mercantil moderna, tentando, na medida do possível, apresentar os argumentos segundo a ordem disposta pelo autor; em segundo lugar, retomar-se-ão mais especificamente certos conceitos tratados pelo autor num capítulo antecedente, necessários à compreensão do desenrolar da forma-sujeito e de sua ‘máscara de caráter’.

A seção “Fetichismo da mercadoria em Marx e seus desenvolvimentos” (ibid., p.369) trata, obviamente, da mercadoria, na qual se delineiam certos aspectos que conformam o que se chamou de fetichismo da mercadoria, tais como o fato de ela não ser uma mera coisa, um simples objeto; da necessidade de expansão do capital e do seu consumo; da mudança do burguês tradicional para outra forma de burguês; da lógica de dominação material e psíquica da vida mercantil; de uma alteração da ética necessária para remodelar o sujeito burguês moderno; das consequências psíquicas disso tudo, dentre outros caracteres desse processo histórico.

Afirmar que a mercadoria não é uma mera coisa implica o reconhecimento de ela não ser somente algo material em si, um simples produto que atende a uma necessidade específica da vida social, mas algo também abstrato, que camufla as relações sociais de sua produção e circulação, em proveito da aparente relação entre coisas. O autor faz referência à Marx ao falar do que se esconde na mercadoria como sendo “quantidade de trabalho abstrato transformável em dinheiro” (ibid., p.372).

No decorrer do desenvolvimento da vida mercantil, do avanço tecnológico e do que foi chamado na tradição marxista de maquinaria, foi preciso solucionar o problema da abundância de mercadorias, da queda do custo de produção e da consequente redução do seu valor de mercado e do lucro. Era necessário criar um público para consumir uma quantidade cada vez maior de mercadorias. Disso decorre a possibilidade de a forma-sujeito burguesa resolver os problemas criados pela produção de mercadorias (OLIVEIRA, 2020). Fazia-se necessário o consumo de massa que atendesse às vultosas quantidades de mercadoria; fazia-se necessário a transformação do burguês tradicional, de moral protestante, típico acumulador de riquezas, num processo paulatino de transformação num burguês de outra índole, de outra ética, de outros modos. O imperativo do gozo, brevemente encenado como exceção no século XVIII, viraria paulatinamente a regra desse sujeito que se desenvolvia juntamente com o desenrolar da vida mercantil, mais especificamente após a crise de 1929.

Outro momento histórico de relevo para a compreensão da necessária criação de um mercado consumidor foi o advento do estado de bem-estar social, após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial (SEVERIANO, 2007 apud OLIVEIRA, 2020). Toda uma reestruturação do consumo se impunha, com a tentativa de apaziguamento da classe operária por meio de ganhos salariais e direitos trabalhistas. A inserção cada vez maior no consumo, começava a revelar o novo sujeito burguês, cada vez mais livre do ascetismo anterior. O ‘devir da subjetividade’ se desenvolvia concomitantemente à lógica mercantil e, assim, a nova forma de sujeito começava a ganhar conteúdo: a forma-sujeito burguesa moderna se desenvolvia no tensionamento com sua forma anterior – entre os imperativos do acúmulo de riquezas, por um lado, e da fruição irrefreada de mercadorias, por outro.

Para a superação da moral protestante ascética, era necessário incentivar uma moral do desejo. O autor se refere, a esse respeito, a Bernard de Mandeville, ao trazer os aspectos anteriormente encenados no século XVIII, de como os ‘vícios privados’ poderiam ser utilizados ‘para o bem da economia’ (OLIVEIRA, 2020). Naquele ponto, não havia ainda condições, nem materiais nem subjetivas, para o pleno desenvolvimento desse personagem tipicamente dos nossos tempos, que começou a mostrar sua forma no segundo quarto do século XX. Neste ponto havia ainda um tensionamento com as formas anteriores da vida mercantil: produtos necessários à subsistência, inclusive ainda produzidos segundo o que se convencionou chamar de formas pré-capitalistas, conviviam com as mercadorias ainda em busca da superação de suas fronteiras – tanto as internas quanto externas, devido à característica do desenvolvimento desigual das forças produtivas, inclusive dentro de um dado país, não somente entre países. Assim, para dar

vazão ao aumento da produção impulsionado pela maquinaria, era imperativo que houvesse o amplo desenvolvimento da economia.

As fronteiras do capital em sua marcha de desenvolvimento não são somente físicas, há também o impacto do psíquico na formação desse novo sujeito consumidor. Daí o desenvolvimento da indústria cultural, bem como do advento da propaganda, ambas necessárias ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do novo sujeito burguês. Era o processo de entronização da mercadoria e seu processo de “captura da subjetividade” (ibid., p.381), agora em maior velocidade. Neste ponto, o autor refere à *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, e à *Sociedade do Espetáculo*, de Guy Debord. Os primeiros tratando de um sistema no qual a cultura passa a ser enquadrada como mercadoria, na qual a cultura passa não somente a se submeter ao lucro, como servir de dominação pelo capital via regressão, como, por exemplo, a regressão da audição propiciada pela música de massas. O segundo, trata da espetacularização irrestrita, de “dominar tudo o que é vivido” (ibid., p.371), no qual aparece um “fetichismo da mercadoria [...] em alto grau de desenvolvimento” (ibid., p.371).

Nesse sentido, com a evolução e constante atualização dos meios de comunicação, os indivíduos, enformados na forma-sujeito burguesa, passam a ter a impressão de protagonismo, de interação e de possibilidades, quando, em verdade, não passam de assujeitados. São como ‘átomos flutuantes’, para quem “a mercadoria já prescreve toda reação possível” (ibid., p.383). Com isso, a mercadoria passa a domar a psique para melhor dominá-la. Todavia, esta dominação não é bem uma imposição crua; ela trabalha com o prazer do sujeito no sentido “de um regresso ao eu onipotente típico do narcisismo primário” (ibid., p.384), é direcionada tanto para o público adulto quanto para o infantil, mediante estratégias publicitárias. Desde a infância a ‘pregação da mercadoria’ já cria seu séquito e, referindo-se a Walter Benjamin (1936 apud OLIVEIRA, 2020, p.384), “o pássaro dos sonhos” do tédio é evitado e com ele a criatividade, de modo que, segundo Jacoby (2007 apud OLIVEIRA, 2020, p.385), “as crianças têm prontas a maior parte dos seus sonhos”.

Essa regressão ao eu narcísico, que necessita de ter seus desejos constantemente satisfeitos, é uma infantilização do consumidor ou mesmo uma “adolescência eterna”, referindo a Jappe (2013 apud OLIVEIRA, 2020, p.386), por meio da qual se alimenta a “barbárie cotidiana”, visto que o mundo como extensão de si mesmo faz com que se oblitere a relação entre o indivíduo e o próprio mundo. Essa regressão é o que caracteriza a inserção do sujeito, como assujeitado, na segunda natureza, isto é, na naturalização do mundo mercantil mediado pela mercadoria, escamoteando as relações sociais inerentes a sua produção e circulação. Veste

a máscara, assim, a forma-sujeito burguesa, correspondendo ao amadurecimento da forma-social burguesa.

Na seção “Forma-sujeito burguesa e segunda natureza” (OLIVEIRA, 2020, p.390), o autor aprofunda a questão da segunda natureza, como naturalização da lógica da vida mercantil. Para a superação deste estado ‘socionatural’, faz-se necessário tensionar a realidade, pela via da reflexão, do pensamento crítico. Cumpre salientar que não se está a falar de uma integração, no sentido de retorno à natureza, nem como uma mimese, como uma “sociedade avatar” (ibid., p.390): a segunda natureza aqui é entendida como normalização irrefletida da práxis mercantil entronizada via fetichismo da mercadoria. Esta entronização, como já dito acima, conta com a utilização dos elementos inconscientes, pulsões, e tende a regredir o sujeito a ponto de ocasionar um “embaçamento entre o eu e o mundo” (ibid., p.393). Neste ponto, o autor ressalta a importância de se distinguir entre estes dois elementos, e esta distinção é possível pela capacidade historicamente constituída da reflexão, não como algo natural, mas como construto da cultura, como único caminho para superar a condição de naturalização da forma-social burguesa desenvolvida, ou seja, da mercantilização naturalizada.

De acordo com Robson de Oliveira (2020), no desenrolar dessa forma social burguesa, o trabalho passou da idealização, pela ‘moral da honestidade’, defendido e praticado segundo a ética protestante como ‘sacrifício’, para uma certa obsolescência, visto que o mais-valor retirado do trabalho passou a ser menos rentável do que a financeirização promovida pelo dito capital fictício, que busca seu rendimento evitando-se ao máximo a mediação do trabalho. Tal situação resultou, por exemplo e segundo o autor, num fórum na década de noventa do século XX chamado “*State of the Word*” (ibid., p.386), no qual figurões capitalistas reuniram-se para discutir o que seria feito com uma enorme parcela da população que poderia vir a se tornar desnecessária à produção de mercadorias. Dentre as propostas, estava a de nutrir as pessoas que se tornariam obsoletas a um estágio avançado do desenvolvimento do capital com entretenimento que atendesse às pulsões mais primitivas, que foi nomeado como “tittytainment” (ibid., p.386), neologismo que remonta tanto à questão sexual quanto ao prazer causado pela amamentação, e que também propunha a transmissão de conteúdo violento.

O autor alude a uma triste realidade que caracteriza a forma-sujeito burguesa contraditoriamente amadurecida, qual seja, a de uma tendência “a ficar mais perto dos reflexos naturais”, na qual a “sociedade mercantil contemporânea” tem “cada desejo mercantil transformado um gozo”, no intuito da permanência dos sujeitos num “patamar ao menos parecido com esse estágio primário” (ibid., p.397). Incentiva-se, assim, a corrosão “das formas de mediação social que são uma vitória sobre os impulsos mais próximos do reino da natureza”

(ibid., p.398). Contrapor-se a isso seria insistir no cultivo do ‘pensamento elevado’ criado pela reflexão filosófica moderna, que “eleva a capacidade reflexiva e cria a possibilidade de superação da segunda natureza” (ibid., p.399). Esta capacidade tensionaria a assim chamada segunda natureza como ‘vida social naturalizada’, na tentativa de superar a lógica mercantil que domina o social tal qual as leis da natureza (OLIVEIRA, 2020). Daí a insistência do autor em atentar para uma separação entre o eu e o mundo. Distinção necessária para superar a barbárie resultante dos comportamentos narcísicos típicos dos assujeitados na segunda natureza.

Assim, aceitar a segunda natureza é não tensionar mais com a vida social. É aquiescer ao governo das coisas, tal como descrito por Marx (ibid.). Superar a segunda natureza implicaria na coletividade assumir o “controle da própria organização social” (ibid., p.401), para libertar-se da lógica selvática da concorrência enquanto sobrevivência na sociabilidade mercantil.

Até aqui se expôs a leitura do texto de Robson de Oliveira (2020) acerca da influência do fetichismo da mercadoria no desdobramento da forma-sujeito burguesa, de sua figura ascética atrelada prioritariamente ao século XIX, até a sua forma mais desenvolvida, que mostra sua máscara, em sua configuração mais desenvolvida do século XX à contemporaneidade. Entretanto, do que se trata essa forma-sujeito moderna adequada à forma social burguesa amadurecida? Para responder à esta questão retomam-se certos aspectos de um capítulo antecedente, sob o título de “O homem sem qualidades: do amorfismo humano ao caráter blasé” (OLIVEIRA, 2020, p.127).

Primeiramente, cumpre destacar que tanto a burguesia quanto o proletariado se submetem “ao mesmo processo irrefletido do sujeito automático que lhes impõe uma máscara de caráter” (ibid., p.155), isto é, submetendo-se à “dinâmica desmedida de valorização do dinheiro” (ibid., p.155). É imperativo que as classes sociais figurem como demanda a ‘essência’ expansiva do capital. Nesse sentido opera a ideologia como discurso hegemônico; nesse sentido opera também o ‘embaçamento entre o eu e o mundo’, já aludido acima, e que tenta manter os maiores beneficiários da riqueza produzida e os que acreditam ser ‘empreendedores’, ‘chefes de si mesmos’, imersos na lógica do consumo de mercadorias, sem que se tensione a realidade de forma crítica. Esta imersão na mercadoria, ao ignorar ou relegar o pensamento crítico, dificulta o desenvolvimento de uma consciência de classe, por exemplo.

A forma-social burguesa desenvolvida demanda que se vista a máscara que aparenta a entronização da mercadoria pelo sujeito. Na seção “O ‘indivíduo’ como a máscara de caráter do sujeito burguês – o ‘indivíduo’” (OLIVEIRA, 2020, p.159), há uma referência à Adorno e Horkheimer no que concerne à impossibilidade de “levar a cabo a objetivação da natureza sem

a objetivação da própria subjetividade” (ibid., p.159). Considerando-se que se está a tratar mormente do conceito de segunda natureza, pode-se afirmar, por analogia, e considerando-se todo o desenrolar da vida mercantil posterior à *Dialética do Esclarecimento*, que para levar a cabo a objetivação da segunda natureza é preciso que se objetive a subjetividade dos ‘indivíduos’.

Essa forma-sujeito teve todo um desenvolvimento histórico até chegar ao amadurecimento da vida mercantil. Ressalte-se, neste momento, à diferenciação que o autor faz do sujeito clássico, narrado por Homero, que vinculava seu destino ‘pessoal’ ao da comunidade. Muito após esse período, com o desenvolvimento da forma romanesca, apresenta-se o sujeito como personagem em busca de sua individualidade – seu destino não sendo mais o da comunidade necessariamente. Nesta monografia, não serão tratados esses pormenores, já explorados por Lukács, em sua *Teoria do Romance*. Aqui, insistiremos na forma-sujeito moderna, que destronou o ascetismo em proveito do gozo mercantil.

Dito isso, pode-se sintetizar algumas das principais características apontados por Robson de Oliveira (2020) dessa forma-sujeito: i) a abstração que tende a ‘hipostasiar nas individualidades concretas’, ou seja, contraditoriamente, tomar por realidade concreta o que é abstrato, fictício; ii) a modelagem do cotidiano do indivíduo segundo a lógica da vida mercantil; iii) o ‘agir para a valorização do dinheiro’; iv) o abuso da fruição das mercadorias, com o apelo às pulsões; v) ‘o rompimento com o princípio básico de não-identidade entre indivíduo e sociedade’ (ou entre o eu e o mundo), o que acaba por naturalizar a vida mercantil, ou seja, torná-la mais do que normal, necessária e definitiva; vi) uma ‘colonização da individualidade’ a fim de que se realize a ‘utopia capitalista ainda não realizada’, isto é, como um processo, como um desdobrar da vida mercantil, essa forma, por mais assustador que possa parecer, ainda não se realizou completamente. É nesse último sentido que o autor afirma que o capitalismo possui uma teleologia da história. Assim como a forma-sujeito: como “devir-sujeito de-substancializado” (ibid., p.22)

Robson de Oliveira (2020, p.465) afirma que seu intento foi o de “refletir sobre uma crise da subjetividade aprisionada na forma-sujeito burguesa”. Considerando-se que essa forma de subjetividade ainda não se realizou por completo como a teleologia capitalista aponta, é uma instância que ainda pode estar em disputa. A subjetividade da vida mercantil tende a realizar um sujeito esvaziado, ou de-substancializado. Por se tratar de uma crise de subjetividade, como se uma forma cindida fosse, é possível que essa mesma subjetividade tensione a forma-sujeito burguesa, de modo que se coloque em questão “a reflexão cotidiana sobre a forma-social em que vive a sua própria subjetividade” (ibid., p.465).

Mais do que uma reflexão cotidiana, “seria preciso que os indivíduos concretos se revoltassem contra a máscara de caráter abstrata da forma-sujeito burguesa que tensiona com sua subjetividade feito um encosto” (ibid., p.465). Ainda, que essa revolta se volte contra a naturalização da forma-social burguesa, contra a adesão irrefletida à forma de subjetivação a ela correspondente, para que não se aprofunde a barbárie decorrente da naturalização da vida mercantil e de seu vazio de pensamento.

Por último, é de se questionar se essa revolta em relação à inserção e permanência da forma-sujeito na segunda natureza, não teria exposta a sua crise pela “gestação de um mal-estar” (ibid., p.467). Não seria este mal-estar capaz de atingir um “nível de insuportabilidade” (ibid., p.467) que encorpasse essa revolta de uma subjetividade que não quer mais ser assujeitada? Que o seja, ainda assim não será possível escapar da subjetividade naturalizadora da vida mercantil sem o pensamento crítico: contra o vazio dessa forma-sujeito burguesa, contra a tendência ao ‘socionatural’, contra a barbárie cotidiana e o sofrimento psíquico resultantes dessa forma de subjetividade mercantil (ibid.).

5 EXCURSO ACERCA DE UM “CONCEITO”: ALIENAÇÃO E FORMA-SUJEITO.

Num passado não muito distante, afirmar acerca de uma pessoa que ela é alienada dizia respeito à sua falta de informação, àquela que estava desligada do que acontece, seja ao seu redor ou “no mundo”. Geralmente quem dizia isso não parava para pensar de qual informação é que se estava a faltar ou a falar. Bastava saber e repetir o que a grande imprensa publicava para ser sinônimo de pessoa informada. Hoje, a dita “informação” corre solta nos meios mais diversos, como os de mensagens instantâneas e vídeos curtos. Pode-se supor que o alienado é aquele que não sabe e não repete o que os algoritmos preparam com esmero para ampla divulgação.

O sentido da palavra alienação e suas derivações muda conforme o seu contexto e seu tempo. Por exemplo, num passado mais distante, o termo era utilizado vulgarmente para tratar de “perturbações profundas do espírito” (LALANDE, 1996, p.44), tanto que era chamado de alienista o médico que cuidava de tais casos. A medicina mudou e os termos utilizados também. Há o sentido jurídico, significando “venda ou cessão de um bem a outra pessoa” (LALANDE, 1996, p.43). No caso de teorias do Contrato Social, no geral, nota-se a alienação parcial da liberdade natural para se tornar parte de uma sociedade civil. Como na famosa obra rousseauiana “as cláusulas deste contrato reduzem-se a uma só: a Alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, a toda a comunidade (*Contrato social, I, 6*)” (ROUSSEAU, s.d. apud ABBAGNANO, 2012, p.27). Noutras palavras, e de forma que sintetiza os dois últimos casos, “renúncia ou transferência para outra parte de algo que pertence ao próprio” (MAUTNER, 2011, p.50). Até mesmo na esfera religiosa se utilizou o termo como, por exemplo: “na Idade Média, às vezes foi usado para indicar um grau de ascensão mística em direção a Deus” (ABBAGNANO, 2012, p.27).

Se ordinariamente significa “perda de posse” (ibid., p.27), outros filósofos, para além de Rousseau, trataram de explorar as várias facetas da alienação. Destacam-se, entre eles, Hegel, Feuerbach e Marx (BLACKBURN, 1997). Dentre os correlatos possíveis da alienação encontram-se: afastamento, separação, estranhamento, isolamento, divisão, dilaceração, desunião, alheamento, desposseção etc.

Para Hegel (s.d. apud MORA, 2004), a própria consciência se sente ‘infeliz’ quando se vê alienada de si como natureza dividida. Isto é, “[...] o estranhamento da consciência por si mesma” (ABBAGNANO, 2012, p.27). Este sentimento ou experiência faz parte de um processo de autoconsciência e de superação do próprio estágio alienado. A princípio a consciência se percebe como objeto, logo, alheio a ela mesma, coisificada. Mas neste processo se reconhece a

si mesma. Esta separação se resolveria no “progresso para o absoluto [...] e consiste num crescimento da autoconsciência, que é um processo de ‘desalienação’ por meio do qual aquilo que está separado e falsamente objetivado recupera sua unidade” (BLACKBURN, 1997, p.10). A coisa é consideravelmente mais complicada do que isso, mas não faz parte do escopo desta monografia o desenvolvimento das ideias de Hegel. O porquê ficará mais claro adiante.

Feuerbach também nutria uma espécie de idealismo em relação à forma pela qual se dá o processo de desalienação, também crendo que a aquisição de certas intelectões ocasionaria a superação do estado alienado. Analisando o terreno da religião, Feuerbach dizia que os seres humanos “projetam as boas qualidades que pertencem à natureza humana num ser imaginário, Deus, que supostamente é o titular de todas as perfeições” (MAUTNER, 2011, p.50). Essa inversão, por exemplo, corresponderia a uma alienação. Somente pela aquisição de autoconsciência seria possível se desvencilhar desse processo, como “[...] resultado da relação apropriada com nossos produtos e atividades” (BLACKBURN, 1997, p.10). Noutras palavras, é necessária a aquisição de intelectões a respeito da natureza tanto do homem quanto da religião para superar a alienação pela qual se entende mal tanto uma quanto a outra.

O panorama do estudo da alienação toma outros contornos com Marx. Em oposição à Hegel, não considerava o processo de objetivação alienante em si, mas diferente do processo de alienação. Neste, “o homem se torna estranho para si” (ABBAGNANO, 2012, p.27), enquanto a objetivação seria o processo pelo qual “exprime-se ou exterioriza-se na natureza através do trabalho” (ibid., p.27). Tomando por base Feuerbach, em sua objeção ao entendimento corrente da religião, Marx transpõe a crítica feuerbachiana da religião para a crítica da economia política (RENAULT, 2010), de tal forma que:

O homem não só aliena parte de si mesmo na forma de Deus, como também aliena outros produtos de sua atividade espiritual na forma de filosofia, senso comum, arte, moral; aliena os produtos de sua atividade econômica na forma de mercadoria, do dinheiro, do capital; e aliena produtos de sua atividade social na forma do Estado, do direito, das instituições, sociais (PETROVIC, 2012 apud BOTTOMORE, 2012, p.08).

Segundo Mészáros (2016), pode-se identificar em Marx, sintetizadas, quatro principais características ou sentidos da alienação do ser humano que são as seguintes: estar alienado em relação à natureza, a si mesmo, ao ‘ser genérico’ (ou ‘essência humana’ ou ‘natureza humana’), e aos demais seres humanos. Essa noção de alienação desdobra-se a partir da noção de trabalho alienado, de modo que o homem se aliena de sua própria atividade, do produto dessa atividade. “A crítica do trabalho alienado denuncia o despojamento das forças essenciais do homem e sua

transformação em uma objetividade independente e dominadora (dinheiro, capital)” (RENAULT, 2010, p.12).

Veja-se o que o próprio Marx diz a respeito da questão, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, de 1844. Acerca da alienação do homem em relação à natureza, o trabalhador não poderia produzir nada sem ela, visto ser “[...] matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz” (MARX, 2010, p.81). Numa diferenciação entre humanidade e animalidade, reside uma contraposição entre unilateralidade e universalidade; esta última sendo característica tipicamente humana, estando o domínio da própria natureza também conexo à esta universalidade. Todavia, diferentemente do trabalho livre, que de certo modo caracteriza a essência humana, o trabalho estranhado separa o homem da natureza, porque o separa de sua própria natureza, ao aliená-lo de sua atividade fundamental.

Além disso, o trabalho alienado aliena o homem de si mesmo. Marx (2010, p.82) pergunta: “Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio (*fremd*) ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo?” Pela característica do trabalho alienado, o homem passa a se reconhecer somente fora dele, e “fora de si [quando] no trabalho” (MARX, 2010, p.83). O produto do seu trabalho não lhe pertence, com ele não se identifica. Trabalha para subsistir. Trata-se de trabalho obrigatório, forçado, de autossacrifício e mortificante, porque “mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito” (ibid., p.82-83). Outra característica desse tipo de trabalho é que ele é externo ao trabalhador, como se “não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro” (ibid., p.83).

Como decorrência das duas anteriores, isto é, da alienação do homem da natureza e de si, acaba-se por afastar-se da própria noção de sua essência, de sua natureza como atividade vital, de seu ser genérico. Para ser genérico, isto é, característico de uma espécie, tem de se reconhecer em sua universalidade e em sua liberdade. Isto porque “a vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (*Art*) da atividade vital, encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre, é o caráter genérico do homem.” (ibid., p.84). O trabalho estranhado retira isso do homem. Remove dele o sentido de liberdade da sua atividade, faz com que o trabalhador produza objetos contra a sua vontade e consciência. Noutras palavras, “[...] inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (ibid., p.85).

Quanto ao estranhamento do homem pelo próprio homem, pode-se dizer que é correlato a estar alienado do seu ser genérico, de sua essência, como também uma percepção do outro como a que ele tem de si mesmo, “segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador” (ibid., p.86). Como bem sintetiza Marx (2010, p.86, grifo nosso):

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um outro homem fora o trabalhador. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, **apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem.**

O reconhecimento deste outro é relevante. É a serviço dele que o trabalhador se aliena; é sob o domínio dele que o trabalhador se submete; é para ele que o trabalho estranhado é apropriado. O trabalho estranhado “engendra, portanto, a relação de alguém estranho ao trabalho, [...] engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho.” (MARX, 2010, p.87). Desse processo de alienação do trabalho deriva a propriedade privada.

Mas e quanto à relação entre forma-sujeito e alienação, o que pode ser dito? Se as personagens de Beckett representam o que há de mais próximo das características dessa abstração, e se elas, como diz o professor Robson de Oliveira (2020, p.460), “expressam a própria humanidade separada, alienada de si”, não teria o fenômeno complexo da alienação relevância no desenvolvimento mesmo da forma-sujeito até seu amadurecimento? A alienação não seria um meio pelo qual se engendrou e se desdobrou essa forma, não sendo somente uma característica do fim a que pode chegar essa humanidade, como alienada de sua própria essência, de seu ser genérico? Tal qual pode-se derivar a origem da propriedade privada do trabalho estranhado, não se poderia constituir a forma-sujeito de alienações ou estranhamentos sucessivos no decorrer da história do modo de produção capitalista, até se chegar à forma de subjetividade adequada à forma-mercadoria e à forma-social atual?

Considerando-se que a forma-sujeito não é algo acabado, passando por um longo processo de formação com base nas referidas tensões entre sujeito e sociedade, não seria por demais pensar que há uma relação entre ela, entalhada pela forma-mercadoria, e mais do que entre a abstração forma-sujeito e o ‘conceito’ de alienação, uma relação entre os dois fenômenos encrustados na concretude social? Não seria este construto forma-sujeito dependente do mecanismo da alienação em suas várias facetas?

A “devastação do mundo contemporâneo colonizado pelo movimento tautológico da mercadoria” (OLIVEIRA, 2020, p. 430), como multiplicidade de coisas, mas também como ‘terra arrasada’, pode ser considerada como o resultado de uma subjetividade estranhada de si, enquanto destituída de qualidades concretas e existindo para outrem, porque a mercadoria cria seu objeto também no processo de objetificação do homem, como uma fantasmagoria criando outra.

Se a conexão entre o tempo de Beckett e o nosso é “a mercadoria como fundamento social” (ibid., p.432), não estaria nela também, não como adjacência, mas como fenômeno correlato ou interdependente o estranhamento, a alienação da humanidade não somente em relação à ela mesma, enquanto ser genérico mas entre ela e seus atos, seu trabalho alienado? A subjetividade atual é a de uma mercadoria feita para fazer mercadorias e as consumir. Não corresponderia este estágio de alienação à “era do vazio” (ibid., p.433) desdobrado e ainda não completamente realizado?

Não se trata, pois, de um processo de alienação o fato de se haver uma coisa produzindo um universo de coisas que acabam por engendrar tanto um “não-mundo” (ibid., p.434), quanto um não-sujeito, um sujeito sem qualidades? “A compreensão de que há uma abstração na raiz da sociedade é fundamental para compreender que a falta de substância do sujeito” (ibid., p.434) – como sujeito de-substancializado – é tão relevante quanto compreender o profundo, mas igualmente não realizado plenamente, fenômeno da alienação humana.

A situação à deriva das personagens beckettianas, como metáfora da realização plena da forma-sujeito, pode-se traduzir tanto como uma deriva quanto como um desterro. Alienação promovida pelo mercado da escravidão; pela política dos cercamentos; pela guerra: alienação do homem em relação à natureza e também a si mesmo porque destituído da sua própria natureza, ou essência, ou qualidades enquanto ser genérico. Alienação promovida a cada dia no deslocar-se para o trabalho, percorrendo longas distâncias, para fazer o que não quer, porque se tem de apenas pensar na sua subsistência. Distanciamento do lar, como de si mesmo, porque no lar, fora do trabalho estranhado, poderia ver-se como si-mesmo, se não sobrasse tão pouco tempo para se preparar e retornar a fazer o mesmo que acabou de fazer. Como num ciclo repetitivo, o fim é o começo (OLIVEIRA, 2020).

As personagens das peças beckettianas não estariam também alienadas, devido à falta da noção do tempo, por estarem aprisionados no tempo presente, pelo “apagamento da memória” (ibid., p.446) e pela ausência de “referências com as quais se possa estabelecer uma relação para construção subjetiva mais rica e minimamente sólida” (ibid., p.447), como resultado do estranhamento provocado pela sociedade mercantil avançada, pelo modo

capitalista de produção? Isto até ao ponto de se encontrarem impossibilitadas de “apreender o estado a que chegaram ou foram levadas a chegar” (ibid., p.447)?

Este modo de produção, em sua forma-social mais avançada, procura inserir as subjetividades no universo da mercadoria, adequando as individualidades concretas à forma-sujeito e à forma-social como segunda natureza. Esta inserção na segunda natureza, não seria, contraditoriamente, fruto de um processo de alienação, isto é, de afastamento? E a desalienação não seria, pelo contrário, uma desinserção, uma des-informação, um alheamento voluntário resultante de uma insistência de certas subjetividades de tensionar contra as formas abstratas social e subjetiva da forma-sujeito e da forma-social capitalista?

Assim, se as personagens beckettianos representam, segundo o autor, o desdobramento da forma-sujeito tal como ela pode vir a se apresentar, e se ele mesmo considera que estes personagens expressam a humanidade separada, alienada de si mesma, faz-se necessário tratar do problema da alienação em conjunção com o fenômeno da forma-sujeito, isto é, do devir-sujeito dessubstancializado.

6 CONCLUSÃO

Após a leitura de “O homem sem qualidades à espera de Godot”, do professor Robson de Oliveira (2020), e depois de ter realizado um trabalho de conclusão de curso que teve no tema desta obra seu fundamento, podem-se tecer algumas considerações. Primeiramente, a respeito do lugar ocupado por este estudo do autor no contexto das humanidades: o autor, por exemplo enquadra seu estudo no campo da psicologia social. Em segundo lugar, a respeito da metodologia, especificamente acerca do tratamento dado às questões históricas: não seria um recorte temporal demasiadamente longo? Em terceiro lugar, e talvez o que mais chama a atenção, diz respeito ao status da conceituação de subjetividade e de qualidade. Por último, cabe ressaltar o papel latente do fenômeno da alienação na história da forma-sujeito.

Um trabalho de quase quinhentas páginas, do qual se pode dizer que remete a uma certa tradição de estudos posteriores ao que foi chamado de Escola de Frankfurt, devido ao seu caráter multifacetado, contando com um farto referencial teórico de diversas disciplinas das ditas “Humanidades”, dentre as quais se encontram obras de filosofia, psicanálise, história, estética, teoria da literatura, dentre outras. O próprio autor enquadra seu trabalho como sendo da área da psicologia social. Entretanto, chama a atenção o aspecto filosófico da abordagem. A utilização de termos como forma, dessubstancialização, devir, tautologia do vazio, bem como nos casos de forma-sujeito, forma-social, forma-mercadoria, devir-sujeito dessubstancializado, tensão dialética, dentre outros caem bem ao campo da filosofia. Em que pese Anselm Jappe (2020), no Prefácio, caracterizar a obra como pertencente à crítica do valor, considerou-se, nesta monografia, como um trabalho filosófico, não somente pelos conceitos utilizados, mas pela capacidade de reflexão no trato com termos abstratos e muitas vezes contraditórios. Isto é necessário para refletir acerca da complexidade do momento do modo de produção capitalista e demanda estudos abrangentes, interdisciplinares e que considerem as contradições do processo.

Particularmente a respeito dos aspectos históricos, poder-se-ia arguir que se trata de um recorte demasiado dilatado. Ora, não se trata de trabalho de historiografia; este poderia servir de apoio aos argumentos desenvolvidos. Mas o intuito do autor foi o de mostrar como ocorreu a transformação da subjetividade durante o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Não considerar aspectos anteriores à Revolução Industrial na feitura da forma-sujeito seria desconsiderar variáveis importantes para as teses defendidas no livro. O dinamismo da forma-sujeito demanda que se tenha pelo menos um panorama histórico. O conhecimento de história

não foi utilizado por si, mas para indicar as transformações da subjetividade em tensão com o desenvolvimento do modo de produção.

Outro item que poderia ser confrontado seria o da possibilidade de se tratar de uma abordagem metafísica, ao ser utilizado como tema o esvaziamento das qualidades de um sujeito. Que qualidades seriam essas? Seriam fixas? Tratar-se-ia de um essencialismo, de uma substância positiva que estaria sendo corroída pela sociedade mercantil negativa? Bem, o próprio Robson de Oliveira (2020) rechaça especulações como estas, dizendo que, pelo contrário, tratam-se de qualidades da subjetividade concreta que estariam a ser desfeitas, abstraídas por uma forma de subjetividade tendente ao esvaziamento. Uma subjetividade dinâmica, alterada no tempo, em tensão com a forma-social. Se há algum traço de metafísica, este estaria na atual configuração das formas social e subjetiva.

Além disso, alude-se aos últimos capítulos tanto do livro ora analisado quanto desta monografia. Durante a leitura de “O homem sem qualidades à espera de Godot” houve uma expectativa de que se discorresse a respeito do fenômeno da alienação, mas que foi apenas aludido ao final do livro, apenas em um período, em menos de um parágrafo. Fato suficiente para se dispor a acrescentar uma breve digressão a respeito da alienação nesta monografia, o que se acredita ser relevante para a compreensão do fenômeno da forma-sujeito. Talvez este tema, apenas aludido de passagem numa obra de fôlego como a do professor Robson, ressalte o caráter latente da alienação, que pode vir a aflorar noutros trabalhos futuros.

Por fim, destaque-se mais a validade de uma obra como a ora analisada neste breve monografia, pela escolha do objeto de estudo, o tema da forma-sujeito como dessubstancialização das individualidades concretas, em vista dos problemas acarretados pelo seu avanço concomitante ao desenvolvimento das forças produtivas e ao espraçamento do mundo das coisas pela entronização da mercadoria na vida social. Entender como funciona esta forma abstrata de subjetividade é passo consideravelmente louvável no longo caminho a ser percorrido pelas individualidades concretas ainda não tomadas totalmente pela fôrma da forma-mercadoria. Estudá-la, compreendê-la é exercício da reflexão crítica e tensionamento necessário considerando-se alguma possibilidade de emancipação.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JAPPE, Anselm. Prefácio. Em: OLIVEIRA, Robson de. **O homem sem qualidades à espera de Godot**: Molière, Musil, Beckett, Macunaíma e o devir vazio da modernidade. São Paulo: Hedra, 2020.

LALANDE, Andre. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MAUTNER, Thomas. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa : Edições 70, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital [trad. Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEGAT, Marildo. Pós-fácio. Em: OLIVEIRA, Robson de. **O homem sem qualidades à espera de Godot**: Molière, Musil, Beckett, Macunaíma e o devir vazio da modernidade. São Paulo: Hedra, 2020.

MÉSZÁROS, Istvan. **A Teoria da Alienação em Marx**. 1 ed. São Paulo, Boitempo, 2016.

MORA, J. Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

OLIVEIRA, Robson de. **O homem sem qualidades à espera de Godot**: Molière, Musil, Beckett, Macunaíma e o devir vazio da modernidade. São Paulo: Hedra, 2020.

RENAULT. Emmanuel. **Vocabulário de Karl Marx**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.